EDITORIAL

“VOCAÇÃO E MISSÃO DOS LEIGOS NA IGREJA E NO MUNDO”

O Sínodo de Bispos de 1987

“Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, vinte anos depois do Concílio Vaticano II”, tema central do Sínodo de 1987, coloca mais uma vez toda a Igreja em estado de reflexão e brinda-nos a oportunidade de aprofundá-lo no contexto da presente conjuntura sócio-cultural e eclesial.

No mundo ocidental, continuam desafiando a Igreja a indiferença religiosa e o materialismo prático, ainda que já não se viva mais aquele clima hostil de ateísmo militante. Talvez por isso tampouco se percebe uma resposta cristã vigorosa, como quiseram ser as teologias das realidades terrenas e da secularização, vinte anos atrás. Não obstante os baixos índices de prática religiosa entre os católicos batizados, a pouca obediência à doutrina oficial da Igreja em matéria de sexualidade e matrimônio, e outros fenômenos que revelam frágil adesão à Igreja, irrompe ambíguo surto de busca do sagrado e de espiritualidade. A interpretação desses indícios não é unívoca. Enquanto uns falam do afastamento dos fiéis da Igreja, outros dizem que a Igreja hierárquica se distancia do povo eclesial.

Nesta interpretação ambivalente talvez se reflita uma diferença entre os países ricos do Ocidente cristão e os países cristãos do Terceiro Mundo. Estes últimos (ainda?) não conheceram a secularização maciça que penetrou o catolicismo (e também o protestantismo histórico) na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Continuam com um catolicismo popular de massas, agora atingido, em parte, pela conscientização em torno à justiça e à libertação. Levantam-se suspeitas críticas à Igreja hierárquica no sentido de que não acompanha esta caminhada e assim se afasta da Igreja real do povo em vias de conscientização e emancipação. A observação não carece de fundamento: para acompanhar a Igreja da base é urgente uma revisão da questão dos ministérios, da participação nas decisões pastorais etc.

Além dessas questões intra-eclesiais — e provavelmente na origem delas — situa-se a aguda problemática da práxis do cristão no mundo de hoje. Pois a encarnação histórica do Reino de Deus no mundo se faz através do fiel, cidadão do povo de Deus que nessa qualidade merece o

honroso título de leigo. A práxis do seguimento de Cristo não é mera execução de diretivas traçadas pela hierarquia. É invenção contínua do ser cristão num compromisso com a sociedade, para que esta funcione mais no sentido da justiça e do amor. Jesus de Nazaré é o mais exímio expoente dessa atitude — por sua pregação, por sua vida e morte, seladas por Deus na ressurreição.

A crise econômica e política que se manifesta desde os anos 60, por um lado, e a “luz verde” para o engajamento político do leigo, não apenas para defender a Igreja, mas também para transformar o mundo e suas estruturas, fizeram surgir na América Latina um laicato com raízes eclesiais fortes, já desde o tempo da Ação Católica. Iluminado pelo Concílio Vaticano II e sua interpretação latino-americana (Medellín, Puebla), este laicato demonstra engajamento libertador em relação às estruturas da sociedade, com as quais as próprias estruturas eclesásticas estão em parte entrelaçadas.

O resultado é um laicato engajado — sobretudo na ação política e social, que, embora tendendo à autonomia, se mostra fiel à Igreja e aceita com satisfação o respaldo da Igreja-instituição.

Esse laicato sofre hoje opressões e crises. Em primeiro lugar, por parte da sociedade política, e isso, de dois lados. Continua por um lado a atuação dos grupos imobilistas ou francamente reacionários, que, às vezes, se chamam católicos e cuja “catolicidade” oscila entre a maçonaria e a TFP. Por outro lado surge uma nova pressão, bem mais difícil de enfrentar lucidamente: a dos militantes de esquerda. Na época do autoritarismo político, a causa da liberdade, da transformação das estruturas e da oposição política — ao menos no Brasil — recebia cobertura da Igreja, a tal ponto que sob a sua égide se refugiaram ativistas que viam nela antes de tudo um instrumento político, sem se comprometerem com sua vocação pastoral de conduzir o mundo a Cristo. Legitimando-se até com a verdade parcial de que a justiça “profana” já é uma encarnação do Reino, mesmo sem pertencer à Igreja, sua militância no âmbito da Igreja não passava de uma estratégia provisória, dispensável, agora que a conjuntura política — a abertura democrática — o permite. Assim, de repente, os “igrejeiros” se encontram marginalizados nas entidades políticas e sociais que eles ajudaram a construir e defender. Esta evolução significa grande desafio à eclesialidade destes leigos engajados nos movimentos populares e sociais transformadores; e mais de um seguiu o caminho da desistência silenciosa. Não podemos estranhar, portanto, a voz de teólogos que procuram estabelecer condutos não individuais, mas comunitários, entre a comunidade eclesial e a comunidade política.

Em segundo lugar a situação espinhosa do leigo engajado pode ter

raízes na própria vida eclesial. É difícil para um cristão propugnar fora da Igreja o que, aparentemente, não se encontra dentro dela: a libertação. Fenômenos de imobilismo, de autoritarismo, de falta de comunicação, de clericalismo, etc. suscitam, em certo número de leigos, dúvidas de se a Igreja que eles "têm" (a Igreja-instituição) é realmente a Igreja que eles querem ser. O que chamam de "Igreja oficial" nem sempre lhes parece ser essa Igreja só de irmãos exaltada nos cânticos litúrgicos. Felizmente, amplos setores da Igreja da base não caíram na ilusão de se considerarem uma nova Igreja, mas apenas "um novo jeito de ser Igreja" e "de toda a Igreja ser". Mas alguns leigos, individualmente, podem subjetivamente perceber as coisas de outro jeito e sentir-se distantes da "Igreja oficial". Casos de militantes cristãos que não participam da vida sacramental não são raros.

Nesta hora, o cristão que luta pela transformação política em prol dos pobres e oprimidos precisa de um "carinho pastoral" mais autêntico e mais generoso do que nunca. Tal não pode consistir num insuportável paternalismo supostamente pastoral, mas terá que se situar, pelo contrário, na linha de participação maior na organização e decisão dentro da própria comunidade eclesial. O cristão não agüentará indefinidamente reivindicar para os outros o que ele não realiza na sua própria casa. Nenhum time pode jogar bem somente fora de casa...

Assim subsistem, nos subterrâneos do laicato liberacionista, reivindicações intra-eclesiais que afloraram na época do Concílio e depois foram congeladas. Algumas já levantam a cabeça. Reuniões de padres e religiosos negros, de mulheres teólogas, de padres casados não são, propriamente, fenômenos leigos, mas podem significar que estes setores ainda meio clericais são apenas a ponta avançada de um movimento dos leigos, por enquanto menos acostumados a abrir a boca. Como reagiria a Igreja do Brasil se algum dia os ministros leigos e dirigentes de CEBs reclamassem reconhecimento oficial de seu ministério nas decisões pastorais e mesmo na ordem sacramental, ou seja, um ministério surgindo da base, quanto ao aspecto sociológico — pois, evidentemente, a fonte teológica será sempre "o lado aberto de Cristo" —?

Por outro lado, este mesmo laicato reclama agora, mais ainda que nos anos do autoritarismo, coragem política por parte da "Igreja oficial", da hierarquia. Percebe-se até certa falta de realismo em algumas expectativas, como se fosse mais simples, agora, urgir a justiça econômica e social do que então; pois o jogo dos interesses particulares é mais sinuoso na democracia do que no autoritarismo. E, quanto à conjuntura política atual, embora a Constituinte, por causa do casuísmo de sua estrutura e eleição, não tenha a representatividade desejável, não deixa de ser um teste muito interessante observar o desempenho do laicato, não ape-

nas na hora da profecia denunciadora da injustiça, mas na hora da construção política pluralista.

Tudo isso não pode desviar a atenção de outro desafio, menos especificamente terceiro-mundista e mais transcontinental: o desafio da cultura na época do pós-cristianismo. Pois não devemos pensar que o pós-cristianismo só existe nos países do Primeiro e Segundo Mundo. O pós-cristianismo, no Brasil, se mistura com o pré-cristianismo numa população mal e mal evangelizada. O paganismo exposto de nossas metrópoles é em parte pré-cristão — de quem nunca conheceu a adesão consciente aos valores evangélicos — e em parte pós-cristão — dos descendentes de católicos tradicionais. A Teologia da Libertação chegou a declarar o problema da secularização problema dos ricos, escapando assim à repetida acusação de secularismo. Mas não a secularização refletida e sim o secularismo real está aí, com ou sem Teologia da Libertação. E não só a nível de classe média europeizada, mas a nível do povão. O migrante nordestino em São Paulo, como o mineiro na Baixada Fluminense encontram-se envolvidos numa “civilização” sem parâmetros cristãos tanto quanto a filha de classe média em busca da melhor clínica de aborto.

Mas a questão da cultura levanta um problema específico. Não só a luta social tem seus protagonistas, os militantes. Também a cultura os tem: a elite intelectual, artística etc. A palavra “elite” já não agrada tanto aos ouvidos pastorais como no passado, mas não temos outra. Devemos reconhecer que na hora do pós-cristianismo precisamos de uma pastoral da “elite cultural”, não para respaldá-la num elitismo social e econômico, mas para evangelizá-la, convertê-la e conduzi-la aos seus irmãos deserdados. Entretanto — e aí está o desafio maior — esta elite não se deixa “catequizar” com slogans ingênuos. Deve ser orientada com conhecimento de causa, com respeito pela relativa autonomia do seu saber, etc. Biologia é biologia, e sem conhecimento biológico autônomo não se elabora uma bioética cristã. A mesma coisa se pode dizer da economia. O Evangelho não evita o sumiço de produtos no caso de “congelamento” (nem mesmo na maior nação católica do mundo). A microeletrônica poderá modificar os modos de produção mais do que as ideologias. Onde estão a pastoral e a Teologia nestes setores?

O leigo encontra na Igreja, sim ou não, uma mística que o alimenta para enfrentar os desafios que surgem dos mais diversos lados, desde a ambígua esperança do progresso tecnológico até a utopia social, desde a emancipação individual da tutela da moribunda cristandade na Europa até a emancipação coletiva e igualitária no Terceiro Mundo? Para enfrentar tanto desafio, o leigo precisa de alimento forte, vigoroso, não de água-com-açúcar. Não é raro encontrar-se um populismo ou paternalis-

mo pastoral, que atinge o leigo somente por seu lado piedoso, dócil e infantil, mas não na sua atitude crítica, profissionalmente competente, politicamente decisiva etc. Por outro lado, uma conscientização mal articulada, fria e ruidosa, que abafa a mística, leva até dirigentes de CEBs a procurar nas seitas um pouco de calor para a sua "alma"... um pouco de devoção, de contemplação, ou simples calor humano.

E a questão do método? Será que a pastoral dos leigos pode ser realizada integralmente nas "pastorais" das Igrejas particulares — devidamente coordenadas em organismos regionais e nacionais —, ou existe um espaço para movimentos transregionais, não emanando do projeto pastoral das Igrejas particulares? A resposta não pode ser simplória. Há movimentos quase autárquicos, querendo abranger tudo, como a prela-zia pessoal do Opus Dei, e há movimentos que inscrevem como primeiro ponto no seu estatuto que eles querem estar a serviço da pastoral da Igreja particular onde se encontram. Há movimentos que oferecem uma espiritualidade concebida dentro de seu próprio âmbito, enquanto outros procuram reforçar o leigo na sua inserção na Igreja particular.

É certo que a Igreja particular é uma Igreja completa no plano dos meios de santificação. Mas é certo também que toda a Igreja é pas-toralmente responsável pela Igreja toda. Jesus não dividiu a Igreja em lotes com cercas em redor. Como se realiza esta transeclesialidade com relação aos leigos? Pelo centralismo romano, pela importação de entida-des transnacionais, ou pela articulação das Igrejas particulares? Ou será que esta articulação necessita subsidiariamente do apoio de entidades mais abrangentes, fruindo de uma autonomia relativa, sobretudo em questões de pastoral especializada, como, por exemplo, a pastoral do político ou da ciência e tecnologia?

Estas considerações nos levam a recolocar a questão do leigo co-mo sujeito eclesial, como aquele que faz a Igreja. Ele percebe a Igreja como sua? Ela é sua casa? A esta questão não se responde com um sim-ples "depende dele"... Depende de todos, e também da própria estru-tura da Igreja. Não basta apelar para a docilidade, como fazem os clerica-listas. Nem para o compromisso com a base, como fazem certos ativistas que excluem de sua eclesialidade aqueles que não participam da mesma ideologia. Quem faz a Igreja é o leigo — todo fiel — e quem faz o leigo, o laikós, membro do povo de Deus, é Cristo. Terá o "mínimo" leigo im-portância constitutiva para a Igreja real em nosso meio? Será ele mais do que alguém que faz número ou dá peso às ações das lideranças? Será ele valorizado como pessoa em busca de constante adesão pessoal a Cris-to? Consideram-se os líderes — hierarquicamente constituídos ou não — em primeiro lugar como "leigos", como simples membros-irmãos neste povo reunido por Cristo? Respeitamos os desafios diversos, às vezes apa-

rentemente opostos, que todos estes irmãos enfrentam na particularidade de sua situação e vocação?

Tais perguntas demandam resposta. O Sínodo sobre a vocação e missão do leigo surge-nos como uma luz de esperança em meio à obscuridade das dúvidas, mas também exige de nós todos empenho, reflexão, participação, para as esperanças não se esvaírem em frias decepções de resultados mirrados.